

Índice

- Capa
- Rosto
- Créditos
- Dedicatória
- Epígrafe
- Sumário
- Nota sobre as fontes
- Prólogo
- 1 Em sangue e fogo
- 2 Nasce um mundo secreto
- 3 O escritório para agendar reuniões com Deus
- 4 Todo o comando supremo em um único golpe
- 5 “Como se o céu estivesse caindo sobre nossa cabeça”
- 6 Uma série de catástrofes
- 7 “O conflito armado é a única maneira de libertar a Palestina”
- 8 Meir Dagan e sua especialidade
- 9 A OLP se internacionaliza
- 10 “Não tenho nenhum problema em relação às pessoas que matei”
- 11 “A identificação errônea de um alvo não é um fracasso. É um erro”
- 12 Húbris
- 13 Morte na pasta de dentes
- 14 Uma matilha de cães selvagens

RONEN BERGMAN

**LEVANTE-SE E
MATE
PRIMEIRO**

**A HISTÓRIA DO SERVIÇO SECRETO
E DOS ASSASSINATOS
SELETIVOS DE ISRAEL**

TRADUÇÃO DE
ALESSANDRA BONRRUQUER

1ª EDIÇÃO



EDITOR A RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2020

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL
DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Bergman, Ronen

BL436

Levante-se e mate primeiro [recurso eletrônico] : a história do serviço secreto e dos assassinatos seletivos de Israel / Ronen Bergman ; tradução Alessandra Bonrruquer. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Record, 2020.

recurso digital

Tradução de : Rise and kill first

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5587-099-2 (recurso eletrônico)

1. Serviço de inteligência - História - Israel. 2. Israel - Política e governo.
3. Livros eletrônicos. I. Bonrruquer, Alessandra. II. Título.

20-65240

CDD: 327.125694

CDU: 327.84(569.4)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

Copyright © Ronen Bergman, 2018

Título original em inglês: Rise and kill first

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil adquiridos

pela

EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina, 171 – 20921-380 – Rio de Janeiro, RJ – Tel.: (21) 2585-2000, que se reserva a propriedade literária desta tradução.

Produzido no Brasil

ISBN 978-65-5587-099-2

Seja um leitor preferencial

Record.

Cadastre-se em

www.record.com.br

e receba informações sobre

nossos

lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:

sac@record.com.br



PARA YANA,
que apareceu
exatamente no momento certo

*Se alguém vier matá-lo,
levante-se e mate-o primeiro.*

TALMUDE BABILÔNICO, TRATADO SANHEDRIN,
FOLHA 72A, VERSO 4

SUMÁRIO

Nota sobre as fontes

Prólogo

- 1** Em sangue e fogo
- 2** Nasce um mundo secreto
- 3** O escritório para agendar reuniões com Deus
- 4** Todo o comando supremo em um único golpe
- 5** “Como se o céu estivesse caindo sobre nossa cabeça”
- 6** Uma série de catástrofes
- 7** “O conflito armado é a única maneira de libertar a Palestina”
- 8** Meir Dagan e sua especialidade
- 9** A OLP se internacionaliza
- 10** “Não tenho nenhum problema em relação às pessoas que matei”
- 11** “A identificação errônea de um alvo não é um fracasso. É um erro”
- 12** Húbris
- 13** Morte na pasta de dentes
- 14** Uma matilha de cães selvagens
- 15** “Abu Nidal, Abu *Shmidal*”
- 16** Bandeira preta
- 17** O golpe do Shin Bet
- 18** Até que surgiu uma faísca
- 19** Intifada
- 20** Nabucodonosor
- 21** Tempestade verde se aproximando
- 22** A era dos drones

- 23** A vingança de Mughniyeh
- 24** "Somente um botão, desligado e ligado"
- 25** "Traga a cabeça de Ayyash"
- 26** "Astuto como uma cobra, ingênuo como uma criancinha"
- 27** Momento difícil
- 28** Guerra total
- 29** "Mais homens-bomba do que coletes explosivos"
- 30** "O alvo foi eliminado, mas a operação foi um fracasso"
- 31** A rebelião na Unidade 8200
- 32** Colhendo anêmonas
- 33** A Frente Radical
- 34** Assassinando Maurice
- 35** Impressionante sucesso tático, desastroso fracasso estratégico

Agradecimentos

Notas

Bibliografia

Índice

NOTA SOBRE AS FONTES

A Comunidade Israelense de inteligência guarda zelosamente seus segredos. Sua quase total opacidade é protegida por uma complexa variedade de leis e protocolos, estrita censura militar e intimidações, interrogatórios e ações judiciais contra jornalistas e suas fontes, assim como pela solidariedade e lealdade naturais entre o pessoal das agências de espionagem.

Até hoje, todos os vislumbres dos bastidores foram, no melhor dos casos, parciais.

Como então — seria razoável perguntar — escrever um livro sobre uma das organizações mais secretas da Terra?

Os esforços para persuadir o establishment israelense de defesa a cooperar com a pesquisa para este projeto foram em vão.¹ Requisições para que a comunidade de inteligência obedecesse à lei, transferindo seus documentos históricos para o Arquivo Estatal e permitindo a publicação dos materiais com cinquenta anos ou mais foram respondidas com pétreo silêncio. Uma petição à Suprema Corte para que ordenasse obediência à lei se arrastou durante anos, com a cumplicidade da corte, e terminou com nada além de uma emenda à própria lei: as provisões de sigilo foram estendidas de cinquenta para setenta anos, mais longas que a história do Estado.²

O establishment de defesa não ficou apenas sentado de braços cruzados.³ Já em 2010, antes mesmo de o contrato para este livro ser assinado, uma reunião especial foi realizada na divisão de operações do Mossad, a Cesareia, para discutir maneiras de interromper a pesquisa. Cartas foram enviadas a todos os ex-funcionários do Mossad, advertindo-os a não conceder entrevistas, e os considerados mais problemáticos foram chamados para conversas individuais. Mais tarde, em 2011, o chefe do Estado-Maior das

Forças de Defesa de Israel, tenente-general Gabi Ashkenazi, pediu que o Shin Bet tomasse medidas agressivas contra o autor, alegando que eu havia cometido “espionagem qualificada” por ter em minha posse segredos confidenciais e “usar material confidencial para me denegrir [Ashkenazi] pessoalmente”. Desde então, várias ações foram iniciadas por várias entidades a fim de impedir a publicação deste livro ou, ao menos, de grandes partes dele.

A censura militar exige que a mídia israelense acrescente as palavras “de acordo com publicações estrangeiras” sempre que menciona ações secretas atribuídas à inteligência do país, especialmente assassinatos seletivos. Isso é para deixar claro que a existência da publicação não constitui reconhecimento oficial da responsabilidade de Israel. Nesse sentido, este livro deve ser tomado como “publicação estrangeira”, cujo conteúdo não tem qualquer confirmação oficial israelense.

Com fontes que vão de líderes políticos e chefes de agências de inteligência até os próprios agentes, nenhuma das muitas entrevistas nas quais este livro é baseado foi aprovada pelo establishment israelense de defesa.⁴ A maioria das fontes é identificada pelo nome. Outras compreensivelmente temeram se identificar e, portanto, lhes foram atribuídos apelidos ou iniciais, além de quaisquer detalhes que consegui mencionar sem revelar suas identidades.

Também usei milhares de documentos que me foram entregues por essas fontes, todos citados pela primeira vez aqui. Minhas fontes jamais receberam permissão para retirar esses documentos de seus locais de trabalho, e certamente não tinham permissão para entregá-los a mim. Este livro, portanto, chega o mais perto possível de uma história autorizada da inteligência israelense.

Mas por que essas fontes falaram comigo e me forneceram documentos? Cada uma delas teve os próprios motivos, e, às vezes, a história nos bastidores foi somente um pouco menos interessante do que o conteúdo da entrevista em si. Ficou claro que alguns políticos e agentes de inteligência — duas profissões extremamente hábeis em manipulação e artifícios — tentaram me usar como conduíte de suas versões favoritas dos eventos ou para moldar a história de acordo com sua conveniência. Tentei frustrar essas tentativas ao cruzar informações com o máximo possível de fontes orais e escritas.

No entanto, com frequência me parecia haver outro motivo, muito ligado a uma contradição particularmente israelense: de um lado, quase tudo no país que diz respeito à inteligência e à segurança nacional é classificado como “altamente confidencial”. De outro, todo mundo quer falar sobre o que fez.

Atos que pessoas em outros países poderiam sentir vergonha de admitir são fonte de orgulho para os israelenses, pois são coletivamente percebidos como imperativos para a segurança nacional, necessários para proteger vidas israelenses ameaçadas, se não a própria existência do aguerrido Estado.

Depois de um tempo, o Mossad conseguiu bloquear o acesso a algumas de minhas fontes (na maioria dos casos, somente depois de já terem falado comigo). Muitas morreram desde que as conheci, a maior parte de causas naturais. Assim, os relatos em primeira mão que esses homens e mulheres deram a este livro — homens e mulheres que testemunharam e participaram de eventos históricos significativos — são, de fato, os únicos fora dos cofres dos arquivos secretos do establishment de defesa.

Talvez, os únicos existentes.

PRÓLOGO

Meir Dagan, chefe do Mossad israelense, lendário espião e assassino, entrou na sala apoiado em sua bengala.

Ele a usava desde que fora ferido por uma mina plantada pelos terroristas palestinos contra os quais lutara na Faixa de Gaza como jovem oficial de operações especiais nos anos 1970. Dagan, que sabia uma ou duas coisas sobre o poder de mitos e símbolos, tinha o cuidado de não negar os rumores de que havia uma lâmina escondida na bengala, que ele podia expor ao apertar um botão.

Dagan era um homem baixo, tinha uma barriga muito proeminente e a pele tão escura que as pessoas sempre se surpreendiam ao saber que ele era de origem polonesa. Na ocasião, vestia uma camisa simples aberta na altura do pescoço, calças pretas de tecido leve e sapatos também pretos, e parecia não ter prestado muita atenção à própria aparência. Havia algo nele que expressava franca e sóbria autoconfiança, além de um carisma discreto e às vezes ameaçador.

A sala de reuniões onde Dagan entrou naquela tarde de 8 de janeiro de 2011 ficava na academia do Mossad, ao norte de Tel Aviv. Pela primeira vez na história, o chefe da agência de espionagem se encontrava com jornalistas no coração de uma das mais secretas e bem-guardadas instalações de Israel.

Dagan não amava a mídia.¹ “Cheguei à conclusão de que é um monstro insaciável”, diria ele mais tarde, “e não há razão para mantermos um relacionamento.”

Mesmo assim, três dias antes da entrevista coletiva, eu e vários outros correspondentes recebemos um convite confidencial. Fiquei surpreso. - Durante uma década inteira, fiz críticas muito duras ao Mossad e, em -

particular, a Dagan, deixando-o furioso.²

O Mossad fez tudo que pôde para criar uma atmosfera de mistério sobre o evento. Recebemos instruções para irmos até o estacionamento do Cinema City, um complexo de cinemas perto da sede do Mossad, e deixar tudo no carro, com exceção de blocos e material de escrita. “Vocês serão cuidadosamente revistados, e queremos evitar qualquer incidente desagradável”, disse-nos nossa escolta.

De lá, fomos levados em um ônibus de vidros escuros até o complexo da sede. Passamos por vários portões elétricos e placas eletrônicas avisando o que era permitido e proibido no interior do perímetro. Então passamos por uma revista cuidadosa com detectores de metais para garantir que não portávamos qualquer equipamento de gravação de áudio ou vídeo. Entramos na sala de reuniões e Dagan chegou minutos depois, caminhando pela sala e apertando mãos. Quando se aproximou de mim, apertou minha mão por um momento e, com um sorriso, disse: “Você é mesmo um bandido.”

Em seguida, sentou-se. Estava flanqueado pelo porta-voz do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e pela censora-chefe, uma general de brigada. (O Mossad é uma unidade do gabinete do primeiro-ministro, e, de acordo com as leis nacionais, relatórios sobre qualquer uma de suas atividades estão sujeitos à censura.) Ambos os oficiais achavam que Dagan convocara a reunião apenas para se despedir formalmente das pessoas que cobriram seu mandato e que não diria nada de importante.

Estavam errados. A surpresa era evidente no rosto do porta-voz do primeiro-ministro, cujos olhos se arregalavam cada vez mais enquanto Dagan falava. “Há vantagens em ter um ferimento na coluna”, disse Dagan, iniciando o discurso. “Você recebe um certificado médico confirmando que não é um invertebrado.”

Muito rapidamente, percebemos que não se tratava apenas de uma piada, pois Dagan iniciou um veemente ataque contra o primeiro-ministro de Israel. Benjamin Netanyahu, afirmou ele, estava se comportando de modo irresponsável e, por razões egoístas, conduzia o país ao desastre. “O fato de alguém ser eleito não significa que é esperto” foi uma de suas zombarias.

Era o último dia de seu mandato como diretor do Mossad. Netanyahu o demitira, e Dagan, cujo sonho sempre fora se manter como o principal espião de Israel, não ficara de braços cruzados. A aguda crise de confiança entre os dois surgira em torno de duas questões, ambas intimamente relacionadas à arma favorita de Meir Dagan: o assassinato.

Oito anos antes, Ariel Sharon o nomeara para o cargo no Mossad e o encarregara de desmantelar o projeto de armas nucleares do Irã, que ambos viam como ameaça existencial a Israel. Dagan agira em várias frentes para realizar sua tarefa. A mais difícil, mas também mais efetiva, em sua opinião, era identificar os principais cientistas nucleares e de mísseis do Irã, localizá-los e matá-los. O Mossad localizou quinze alvos e eliminou seis, a maioria quando estava a caminho do trabalho pela manhã, usando bombas com temporizador instaladas em seus carros por um motociclista. Além deles, um general do Exército dos Guardiães da Revolução Islâmica do Irã, que estava encarregado do projeto dos mísseis, explodiu em seu quartel-general com dezessete de seus homens.

Essas operações e muitas outras iniciadas pelo Mossad, algumas em colaboração com os Estados Unidos, foram bem-sucedidas, mas Netanyahu e seu ministro da Defesa, Ehud Barak, começaram a sentir que sua utilidade estava em declínio. Decidiram, então, que medidas clandestinas já não podiam retardar o projeto nuclear iraniano e que somente um massivo bombardeio aéreo de suas instalações nucleares impediria seu progresso na direção de tais armas.

Dagan se opôs firmemente à ideia. De fato, ia contra tudo aquilo em que acreditava: que o combate aberto só deveria ser travado quando “estivermos com a espada na garganta” ou como último recurso, em situações em que não houvesse escolha. Todo o restante poderia e deveria ser resolvido através de métodos clandestinos.

“Assassinatos”, disse ele, “têm efeito sobre o moral, tanto quanto efeito prático. Não acho que há muitos que poderiam ter substituído Napoleão, um presidente como Roosevelt ou um primeiro-ministro como Churchill. O aspecto pessoal certamente desempenha um papel. É verdade que todo mundo pode ser substituído, mas há uma diferença entre um substituto com colhão e um personagem insignificante.”

Além disso, na opinião de Dagan, o uso de assassinatos “é muito mais moral” que travar a guerra total. Neutralizar algumas figuras importantes é o bastante para tornar a última opção desnecessária e salvar a vida de inúmeros soldados e civis de ambos os lados. Um ataque de larga escala contra o Irã levaria a um conflito de larga escala no Oriente Médio e, mesmo assim, provavelmente não causaria danos suficientes às instalações iranianas.

Finalmente, de seu ponto de vista, se Israel começasse uma guerra contra o Irã, seria a condenação de toda a sua carreira. Os livros de história mostrariam

que ele não cumprira a tarefa que Sharon lhe dera: pôr fim à aquisição nuclear do Irã usando meios secretos, sem recorrer a um ataque aberto.

A oposição de Dagan e a forte pressão dos principais chefes militares e de inteligência forçaram o repetido adiamento do ataque ao Irã. Dagan até mesmo informou o diretor da CIA, Leon Panetta, sobre o plano israelense (o primeiro-ministro alega que o fez sem permissão), e logo depois o presidente Obama também alertou Netanyahu para não atacar.

A tensão entre os dois aumentou ainda mais em 2010, quando Dagan estava havia sete anos no cargo.³ Ele enviara uma equipe de 27 agentes do Mossad a Dubai a fim de eliminar um oficial superior do grupo terrorista palestino Hamas. Eles fizeram o trabalho: os assassinos injetaram uma droga paralisante no oficial em seu quarto de hotel e saíram do país antes que o corpo fosse descoberto. Mas, logo após a partida, devido a uma série de erros grosseiros — como se esquecerem de levar em conta as inúmeras câmeras de circuito fechado de Dubai; usarem os mesmos passaportes falsos que haviam usado para entrar na cidade a fim de seguir o alvo; e um esquema telefônico que a polícia local não teve dificuldade para desvendar —, o mundo inteiro estava assistindo a uma filmagem de seus rostos e a um registro completo de seus movimentos. A descoberta de que se tratava de uma operação do Mossad causou sérios prejuízos operacionais à agência, assim como profundo constrangimento ao Estado de Israel, que novamente fora pego com agentes usando passaportes falsos de países ocidentais amigáveis. “Mas você disse que seria fácil e simples, que o risco de as coisas darem errado era próximo de zero”, fulminou Netanyahu, ordenando que Dagan suspendesse vários planos de assassinato e outras operações até segunda ordem.

O confronto entre Dagan e Netanyahu se tornou cada vez mais agudo, até que Netanyahu (de acordo com sua versão) decidiu não estender o mandato de Dagan. Ou (nas palavras de Dagan): “Simplesmente fiquei farto dele e decidi me aposentar.”

Naquela reunião na academia do Mossad, e em várias entrevistas posteriores para este livro, Dagan exibiu robusta confiança de que o Mossad, sob sua liderança, teria sido capaz de impedir os iranianos de construir armas nucleares por meio de assassinatos e outras medidas pontuais — por exemplo, trabalhando com os Estados Unidos para evitar que iranianos importassem peças cruciais para seu projeto nuclear, que eles não podiam fabricar por si mesmos. “Se conseguíssemos impedir que o Irã obtivesse alguns dos componentes, isso prejudicaria seriamente seu projeto. Em um carro, há em

média 25 mil peças. Imagine se cem estiverem faltando. Seria muito difícil fazer o carro andar. Entretanto”, acrescentou Dagan com um sorriso, retornando a seu *modus operandi* favorito, “às vezes é mais efetivo matar o motorista, e é isso.”

De todos os meios que as democracias usam para proteger sua segurança, nenhum é mais tenso e controverso do que “matar o motorista” — assassinato.

Alguns o chamam eufemisticamente de “liquidação”. A comunidade americana de inteligência o chama, por razões legais, de “assassinato seletivo”. Na prática, esses termos se reduzem à mesma coisa: matar um indivíduo específico para atingir um objetivo específico — salvar as vidas das pessoas que o alvo pretendia matar, evitar uma ação perigosa que estava prestes a perpetrar e, às vezes, remover um líder a fim de mudar o curso da história.

O uso de assassinatos pelos Estados esbarra em dois dilemas muito difíceis. Primeiro, é efetivo? Pode a eliminação de um indivíduo ou grupo de indivíduos tornar o mundo um lugar mais seguro? Segundo, é moral e legalmente justificado? É legítimo, ética e judicialmente, um país empregar o mais grave dos crimes em qualquer código ético ou legal — tirar premeditadamente uma vida humana — a fim de proteger os próprios cidadãos?

Este livro trata principalmente dos assassinatos políticos e assassinatos seletivos perpetrados pelo Mossad e por outros braços do governo israelense, em tempos de guerra e de paz — assim como, nos capítulos iniciais, pelas milícias clandestinas na era pré-Estado, organizações que se tornariam o Exército e os serviços de inteligência de Israel, uma vez que fosse estabelecido.

Desde a Segunda Guerra Mundial, Israel assassinou mais pessoas do que qualquer outro país do mundo ocidental. Em inúmeras ocasiões, seus líderes analisaram qual seria a melhor maneira de defender a segurança nacional e, entre todas as opções, escolheram repetidamente as operações clandestinas, com o assassinato como método. Eles achavam que isso resolveria os difíceis problemas enfrentados pelo país e, às vezes, que mudaria o curso da história. Em muitos casos, os líderes israelenses até mesmo determinaram que, para eliminar o alvo selecionado, era moral e legal colocar em risco a vida de civis inocentes que poderiam estar na linha de fogo. Achavam que ferir essas pessoas era um mal necessário.

Os números falam por si mesmos.⁴ Até o início da Segunda Intifada Palestina, em setembro de 2000, quando Israel começou a responder aos atentados suicidas com o uso diário de drones armados para realizar assassinatos, o Estado conduziu cerca de quinhentas operações de assassinato seletivo. Nelas, ao menos mil pessoas foram mortas, tanto civis quanto combatentes. Durante a Segunda Intifada, Israel executou cerca de mil novas operações, das quais 168 foram bem-sucedidas.⁵ Desde então, até o momento de escrita deste livro, já executou em torno de oitocentas operações de assassinato seletivo, quase todas como parte do combate ao Hamas na Faixa de Gaza em 2008, 2012 e 2014 ou operações do Mossad no Oriente Médio contra alvos palestinos, sírios e iranianos. Em contraste, durante a presidência de George W. Bush, segundo uma estimativa, os Estados Unidos da América realizaram 48 operações de assassinato seletivo. Sob o presidente Barack Obama, houve 353 ataques dessa natureza.⁶

O uso do assassinato como ferramenta militar por parte de Israel não ocorre por acaso, derivando das raízes revolucionárias e ativistas do movimento sionista, do trauma do Holocausto e da sensação, entre líderes e cidadãos israelenses, de que o país e seu povo estão em perpétuo perigo de aniquilação e que, como no Holocausto, ninguém os ajudará se isso acontecer.

Devido às minúsculas dimensões de Israel, das tentativas dos países árabes de destruí-lo antes mesmo que tivesse sido criado, de suas contínuas promessas de fazerem isso e da perpétua ameaça do terrorismo árabe, o país desenvolveu um aparato militar altamente efetivo e provavelmente a melhor comunidade de inteligência do mundo. Eles, por sua vez, desenvolveram a mais robusta e aerodinâmica máquina de assassinatos da história.

As páginas que se seguem detalharão os segredos dessa máquina — o fruto do casamento misto entre a guerra de guerrilha e o poderio militar de uma usina tecnológica —, seus agentes, líderes, métodos, deliberações, sucessos e falhas, assim como os custos morais. Elas ilustrarão como dois sistemas legais separados emergiram em Israel — um para os cidadãos comuns e outro para a comunidade de inteligência e o establishment de defesa. Esse último permitiu, com um aceno e uma piscadela do governo, ações de assassinato altamente problemáticas, sem escrutínio parlamentar ou público, resultando na perda de muitas vidas inocentes.

Em contrapartida, o assassinato como arma, baseado em uma inteligência que é “nada menos que impecável” — para citar o ex-chefe da NSA e da CIA,

general Michael Hayden —, foi o que transformou a guerra de Israel contra o terrorismo na mais efetiva já empreendida por um país ocidental. Em várias ocasiões, foi o assassinato seletivo que salvou o país de crises muito graves.

O Mossad e os outros braços da inteligência israelense se livraram de indivíduos identificados como ameaças diretas à segurança nacional, e matá-los também enviou uma mensagem mais ampla: *Se você é inimigo de Israel, nós o encontraremos e o mataremos, onde quer que esteja*. Essa mensagem foi ouvida em todo o mundo. Lapsos ocasionais apenas aprimoraram a reputação de agressividade e implacabilidade do Mossad — o que não é algo ruim quando dissuadir é tão importante quanto impedir ações hostis específicas.

Nem todos os assassinatos foram cometidos por grupos pequenos e fechados. Quanto mais complexos se tornavam, mais pessoas participavam — às vezes centenas delas, a maioria com idade abaixo dos 25 anos. Às vezes esses jovens acompanhavam seus comandantes a uma reunião com o primeiro-ministro — o único autorizado a dar luz verde para um assassinato —, a fim de explicar a operação e obter aprovação. Esses fóruns, nos quais a maioria dos participantes defendendo a morte de alguém tinha menos de 30 anos, provavelmente são exclusivos de Israel. Alguns oficiais de baixa patente envolvidos nessas reuniões avançaram ao longo dos anos e se tornaram líderes nacionais e mesmo primeiros-ministros. Que marcas permaneceram neles da época em que participaram dessas operações letais?

Os Estados Unidos usaram as técnicas de obtenção de informações e assassinatos desenvolvidas em Israel como modelo e, após o 11 de Setembro e a decisão do presidente Bush de iniciar uma campanha de assassinatos seletivos contra a Al-Qaeda, transplantaram alguns desses métodos para seus próprios sistemas de inteligência e guerra ao terror. Os sistemas de comando e controle, as salas de guerra, os métodos de obtenção de informações e a tecnologia de aeronaves sem piloto, ou drones, que agora servem os americanos e seus aliados foram em grande parte desenvolvidos em Israel.

Atualmente, quando o mesmo tipo de assassinato extrajudicial que Israel usou durante décadas é usado diariamente pelos Estados Unidos contra seus inimigos, é apropriado não somente admirar as impressionantes capacidades operacionais construídas pelos israelenses, mas também estudar o alto preço moral que foi e ainda é pago pelo uso desse poder.

RONEN BERGMAN
Tel Aviv

1

EM SANGUE E FOGO

Em 29 de setembro de 1944, David Shomron se escondeu na escuridão da rua São Jorge, não muito longe da Igreja Romena de Jerusalém. Um prédio da igreja era usado como alojamento de oficiais pelas autoridades britânicas que governavam a Palestina, e Shomron esperava a saída de um desses oficiais, um homem chamado Tom Wilkin.

Wilkin era o comandante da unidade judaica do Departamento de Investigação Criminal (DIC) do Mandato Britânico da Palestina e era muito bom em seu trabalho, especialmente na parte que envolvia infiltrar e desmantelar a turbulenta resistência judaica.¹ Agressivo, e ainda assim excepcionalmente paciente e calculista, Wilkin falava hebraico fluentemente e, após treze anos de serviço na Palestina, tinha uma extensa rede de informantes. Graças às informações que forneciam, combatentes da resistência foram presos, seus estoques de armas foram apreendidos e seus planos operacionais, cujo objetivo era forçar os britânicos a saírem da Palestina, foram frustrados.²

E era por isso que Shomron pretendia matá-lo.

Shomron e seu parceiro naquela noite, Yaakov Banai (codinome Mazal, “Sorte”), eram agentes do Lehi, o mais radical dos movimentos de resistência sionistas que lutaram contra os britânicos no início dos anos 1940. Embora Lehi fosse um acrônimo para a frase hebraica “combatentes pela liberdade de Israel”, os britânicos o consideravam uma organização terrorista, referindo-se a seus membros desdenhosamente como Ganguê Stern, em referência a seu fundador, o romântico ultranacionalista Avraham Stern. Stern e seu

minúsculo bando de seguidores empregaram um caos de assassinatos e atentados seletivos — uma campanha de “terrorismo pessoal”, como o chefe de operações do Lehi (e mais tarde primeiro-ministro de Israel), Yitzhak Shamir, a chamava.³

Wilkin sabia que era um alvo.⁴ O Lehi tentara matá-lo e a seu chefe, Geoffrey Morton, quase três anos antes, em sua primeira e desajeitada operação. Em 20 de janeiro de 1942, assassinos haviam plantado bombas no telhado e no interior do edifício no número 8 da rua Yael, em Tel Aviv. Terminaram matando três policiais — dois judeus e um inglês — que chegaram antes de Wilkin e Morton e ativaram as bombas. Mais tarde, Morton fugiu da Palestina após ser ferido em outro atentado contra sua vida, dessa vez em retribuição pela morte a tiros de Stern.

Nenhum desses detalhes, o vaivém de quem matou quem e em que ordem, importava para Shomron.⁵ Os britânicos ocupavam a terra que os sionistas viam como sua por direito: era o que importava, e Shamir havia emitido uma sentença de morte contra Wilkin.

Para Shomron e seus camaradas, Wilkin não era uma pessoa, mas um alvo, proeminente e de alto valor. “Estávamos ocupados demais e famintos demais para pensar nos britânicos e suas famílias”, diria Shomron décadas depois.⁶

Ao descobrirem que Wilkin estava alojado no anexo da Igreja Romena, os assassinos deram início à missão. Shomron e Banai tinham revólveres e granadas de mão nos bolsos. Agentes adicionais do Lehi estavam nas proximidades, usando ternos e chapéus elegantes para se parecerem com ingleses.

Wilkin deixou o alojamento de oficiais na igreja e partiu para as instalações do DIC no Complexo Russo, onde suspeitos da resistência eram mantidos e interrogados.⁷ Como sempre, prosseguia com cautela, observando a rua enquanto caminhava e mantendo uma das mãos sempre no bolso. Quando passou pela esquina das ruas São Jorge e Mea Shearim, um jovem sentado em frente ao mercadinho local se levantou e deixou cair o chapéu. Era o sinal, e os dois assassinos começaram a caminhar na direção de Wilkin, identificando-o pelas fotografias que haviam estudado. Shomron e Banai o deixaram passar, apertando os revólveres com força contra as palmas suadas.

Então se viraram e sacaram.

“Antes de sacarmos, Mazal [Banai] disse ‘Deixe eu atirar primeiro’”, lembrou Shomron. “Mas, quando o vimos, não consegui me controlar.

Atirei primeiro.”

Banai e Shomron atiraram catorze vezes no total. Onze balas atingiram Wilkin. “Ele conseguiu se virar e sacar a pistola”, contou Shomron, “mas então caiu de cara no chão. Um jorro de sangue saiu de sua testa, como uma fonte. Não foi bonito de ver.”

Shomron e Banai correram de volta para as sombras e partiram em um táxi no qual outro homem do Lehi esperava por eles.

“A única coisa que dói é que nos esquecemos de pegar a maleta na qual ele carregava todos os documentos”, disse Shomron. “Fora isso, não senti nada, nem mesmo uma pontada de culpa. Acreditávamos que, quanto mais caixões chegassem a Londres, mais perto estaria o dia da liberdade.”⁸

A ideia de que o retorno do Povo de Israel para a Terra de Israel só poderia ser conseguido pela força não nasceu com Stern e seus camaradas do Lehi.

As raízes dessa estratégia podem ser rastreadas até oito homens que se reuniram em um abafado apartamento de um quarto com vista para um pomar de laranjas em Jafa, em 29 de setembro de 1907, exatamente 37 anos antes que uma fonte de sangue jorrasse da testa de Wilkin, quando a Palestina ainda fazia parte do Império Turco-Otomano.⁹ O apartamento fora alugado por Yitzhak Ben-Zvi, um jovem russo que imigrara para a Palestina otomana mais cedo naquele ano. Como os outros presentes naquela noite — todos emigrantes do Império Russo, sentados em um colchão de palha no chão da sala iluminada por velas —, era um sionista convicto, embora fosse parte de uma facção dissidente que já ameaçara destruir o movimento.

O sionismo como ideologia política foi fundado em 1896, quando o jornalista judeu vienense Theodor Herzl publicou *Der Judenstaat* (*O Estado judaico*). Ele fora profundamente afetado enquanto cobria o julgamento em Paris de Alfred Dreyfus, um oficial do Exército judeu que fora injustamente acusado e condenado por traição.

Em seu livro, Herzl afirmou que o antissemitismo estava tão profundamente enraizado na cultura europeia que o povo judeu só poderia obter liberdade e segurança verdadeiras em um Estado-nação próprio. A maioria da elite judaica da Europa Ocidental, que conseguira entalhar uma vida confortável, rejeitou Herzl. Mas suas ideias ressoaram entre os judeus pobres e operários da Europa Oriental, que sofriam *pogroms* constantes e -

opressão contínua, aos quais alguns respondiam participando das insurreições esquerdistas.

Herzl via a Palestina, a terra ancestral dos judeus, como localização ideal para o futuro Estado judaico, mas afirmava que qualquer assentamento por lá teria de ser negociado deliberada e delicadamente, através dos canais diplomáticos adequados e com sanção internacional, a fim de que a nação judaica pudesse sobreviver em paz. Sua visão passou a ser conhecida como sionismo *político*.

Ben-Zvi e seus sete camaradas, em contrapartida, eram — como a maioria dos judeus-russos — sionistas *práticos*.¹⁰ Em vez de esperar que o restante do mundo lhes desse um lar, acreditavam em criar um lar para si mesmos, indo para a Palestina, trabalhando a terra e fazendo o deserto florescer. Tomariam o que acreditavam ser seu por direito, e defenderiam o que haviam tomado.

Isso colocou os sionistas práticos em imediato conflito com a maioria dos judeus já vivendo na Palestina. Como minoria minúscula em terras árabes — muitos deles mascates, eruditos religiosos e funcionários do regime otomano —, eles preferiam manter um perfil discreto. Através da subserviência, do compromisso e do suborno, esses judeus palestinos estabelecidos haviam conseguido comprar uma paz relativa e certo grau de segurança.

Mas Ben-Zvi e os outros recém-chegados ficaram chocados com as condições que seus irmãos judeus toleravam. Muitos viviam em abjeta pobreza e não tinham meios de se defender, estando totalmente à mercê da maioria árabe e dos oficiais venais do corrupto Império Otomano.¹¹ Multidões árabes atacavam e saqueavam os assentamentos judaicos, raramente com alguma consequência. Pior ainda, na opinião de Ben-Zvi e dos outros, os membros desses assentamentos haviam consignado sua defesa a guardas árabes, que às vezes colaboravam com as multidões que os atacavam.

Ben-Zvi e seus amigos acharam a situação insustentável e intolerável. Alguns haviam sido membros de movimentos revolucionários de esquerda russos inspirados pelo Vontade do Povo (Narodnaia Volia), um agressivo movimento de guerrilha antitsarista que empregava táticas terroristas, incluindo assassinatos.¹²

Desapontados com a malograda revolução de 1905 na Rússia, que no fim produziu somente reformas constitucionais mínimas, alguns desses revolucionários socialistas, social-democratas e liberais se mudaram para a Palestina otomana a fim de restabelecer um Estado judaico.

Eram todos desesperadamente pobres, mal conseguindo sobreviver, ganhando centavos com o ensino ou no trabalho manual nos campos e laranjais, frequentemente passando fome.¹³ Mas eram sionistas orgulhosos. Se fossem criar uma nação, primeiro precisavam se defender. Assim, deslizaram pelas ruas de Jafa sozinhos e aos pares, abrindo caminho até sua reunião secreta no apartamento de Ben-Zvi. Naquela noite, aquelas oito pessoas formaram a primeira força de combate hebraica da era moderna. Decretaram que, dali em diante, tudo seria diferente da imagem de judeus fracos e perseguidos em todo o globo. Somente judeus defenderiam judeus na Palestina.

Eles chamaram seu exército recém-nascido de Bar-Giora, em referência a um dos líderes da Grande Revolta Judaica contra o Império Romano no século I. Em sua bandeira, homenageavam a antiga rebelião e previam o futuro: “Em sangue e fogo a Judeia caiu. Em sangue e fogo a Judeia se erguerá.”

A Judeia de fato se ergueria. Ben-Zvi um dia seria o segundo presidente da nação judaica. Mas primeiro haveria muito sangue e muito fogo.

Inicialmente, o Bar-Giora não foi um movimento popular. No entanto, mais judeus chegavam à Palestina, vindos da Rússia e da Europa Oriental, todos os anos — 35 mil entre 1905 e 1914 —, trazendo consigo a mesma filosofia determinada de sionismo prático.

Com mais judeus de mentalidade parecida inundando o Yishuv, como a comunidade judaica na Palestina era chamada, em 1909 o Bar-Giora foi reconstituído na maior e mais agressiva Hashomer (“a Guarda”, em hebraico). Em 1912, a Hashomer defendia catorze assentamentos. Mas também desenvolvia capacidades ofensivas, embora clandestinamente, preparando-se para o que os sionistas práticos viam como uma guerra inevitável pelo controle da Palestina. A Hashomer, portanto, se via como o núcleo para os futuros Exército e serviço de inteligência judaicos.

Montados em seus cavalos, vigilantes da Hashomer invadiram alguns assentamentos árabes para punir residentes que haviam ferido judeus, às vezes espancando-os, às vezes executando-os.¹⁴ Em um caso, uma assembleia clandestina especial de membros da Hashomer decidiu eliminar um policial beduíno, Aref al-Arsan, que auxiliara os turcos e torturara prisioneiros judeus.

Ele foi morto a tiros pela Hashomer em junho de 1916.

A Hashomer tampouco evitou usar força para impor sua autoridade a outros judeus.¹⁵ Durante a Segunda Guerra Mundial, ela se opôs violentamente à NILI, a rede judaica de espionagem que trabalhava para os britânicos na Palestina otomana. A Hashomer temia que os turcos descobrissem os espiões e se vingassem de toda a comunidade judaica. Quando não conseguiram fazer com que a NILI encerrasse as operações ou entregasse um estoque de moedas de ouro que recebera dos britânicos, executaram um atentado contra a vida de Yosef Lishansky, um de seus membros, conseguindo apenas feri-lo.

Em 1920, a Hashomer evoluiu novamente, tornando-se a Haganá (“defesa”, em hebraico). Embora não fosse especificamente legal, as autoridades britânicas, que governavam o país havia cerca de três anos, toleravam a Haganá como braço defensivo paramilitar do Yishuv. A Histadrut, a central sindical socialista dos judeus em Israel, fundada no mesmo ano, e a Agência Judaica, a autoridade autônoma de governo do Yishuv, estabelecida alguns anos depois, ambas lideradas por David Ben-Gurion, mantinham o comando da organização secreta.

Ben-Gurion nasceu David Yosef Grün em Płońsk, na Polônia, em 1886. Desde muito jovem, seguiu os passos do pai como ativista sionista. Em 1906, migrara para a Palestina e, graças a seu carisma e sua determinação, logo se tornara um dos líderes do Yishuv, apesar da pouca idade. Então mudou o nome para Ben-Gurion, em referência a outro líder da revolta contra os romanos.

Em seus anos iniciais, a Haganá foi influenciada pelo espírito e pela atitude agressiva da Hashomer.¹⁶ Em 1º de maio de 1921, uma multidão árabe massacrou catorze judeus em uma hospedaria de imigrantes em Jafa. Após descobrir que um policial árabe chamado Tewfik Bey ajudara a multidão a entrar na hospedaria, a Haganá enviou um esquadrão para eliminá-lo e, em 17 de janeiro de 1923, ele foi morto a tiros no meio de uma rua em Tel Aviv. “Como questão de honra”, de acordo com um dos envolvidos, recebeu os tiros de frente, e não pelas costas, com a intenção de “mostrar aos árabes que seus atos não serão esquecidos e seu dia chegará, ainda que demore”.

Os membros da Hashomer que lideraram a Haganá no começo estavam dispostos a cometer atos de violência até mesmo contra outros judeus. Jacob de Haan era um haredi — um judeu ultraortodoxo — nascido na Holanda e vivendo em Jerusalém no início dos anos 1920. Era um propagandista da

crença haredi de que somente o Messias podia estabelecer o Estado judaico, somente Deus podia decidir o momento do retorno dos judeus para sua pátria ancestral, e os humanos que tentavam apressar o processo cometiam um grave pecado. Em outras palavras, era antissionista convicto, e surpreendentemente hábil em influenciar a opinião internacional. Para Yitzhak Ben-Zvi, a essa altura líder proeminente da Haganá, isso o tornava perigoso. Então ele ordenou sua morte.

Somente um dia antes de De Haan viajar para Londres a fim de pedir que o governo britânico reconsiderasse a promessa de estabelecer uma nação judaica na Palestina, em 30 de junho de 1924, dois assassinos atiraram nele três vezes quando saía de uma sinagoga na estrada de Jafa, em Jerusalém.¹⁷

Ben-Gurion, todavia, desaprovava tais atos.¹⁸ Ele percebeu que, a fim de conseguir algum reconhecimento britânico aos objetivos sionistas, precisaria impor normas claras e mais moderadas à milícia semiclandestina sob seu comando. Após o assassinato de De Haan, os bravos e leais cavaleiros solitários da Hashomer foram substituídos por forças armadas organizadas e hierárquicas. Ben-Gurion ordenou que a Haganá deixasse de usar assassinatos seletivos. “Ben-Gurion era firme e consistentemente contrário ao terrorismo pessoal”, testemunhou mais tarde o comandante da Haganá Yisrael Galili, relatando várias ocasiões nas quais Ben-Gurion se recusara a aprovar ataques contra indivíduos árabes. Entre esses indivíduos estavam o líder palestino Hajj Amin al-Husseini e outros membros do Alto Comissariado Árabe, além de pessoal britânico, e um alto funcionário de terras sob autoridade do mandato que estava obstruindo projetos judaicos de assentamento.

Nem todo mundo estava ávido para obedecer a Ben-Gurion. Avraham Tehomi, o homem que atirou em De Haan, desprezava a linha moderada assumida em relação a britânicos e árabes e, com outras figuras de liderança, deixou a Haganá, formando em 1931 a Irgun Zvai Leumi, a “Organização Militar Nacional” cujo acrônimo em hebraico é Etzel, normalmente chamada de IZL ou Irgun. Nos anos 1940, esse grupo radical de direita era comandado por Menachem Begin, que em 1977 se tornaria primeiro-ministro de Israel. Na Irgun também havia conflitos pessoais e ideológicos. Oponentes do acordo de Begin de cooperar com a Grã-Bretanha na guerra contra os nazistas saíram da organização e formaram o Lehi. Para esses homens, qualquer cooperação com a Grã-Bretanha era anátema.

Ambos os grupos dissidentes defendiam, em níveis variados, o uso de assassinatos seletivos contra os inimigos árabes e britânicos e contra judeus

que consideravam uma ameaça à causa.¹⁹ Ben-Gurion permaneceu inflexível na proibição de assassinatos seletivos como arma e chegou a tomar medidas agressivas contra aqueles que não obedeciam a suas ordens.²⁰

Mas então a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim e tudo mudou, inclusive as opiniões do obstinado Ben-Gurion.

Durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de 38 mil judeus da Palestina se voluntariaram para servir no Exército britânico na Europa. Os britânicos formaram a chamada Brigada Judaica, embora relutantemente e apenas após sofrerem pressão das lideranças civis do Yishuv.

Sem saber exatamente o que fazer com a brigada, os britânicos a enviaram para treinar no Egito. Foi lá, em meados de 1944, que seus membros ouviram falar pela primeira vez na campanha nazista de aniquilação de judeus. Quando finalmente foram enviados à Europa para lutar na Itália e na Áustria, testemunharam em primeira mão os horrores do Holocausto e estiveram entre os primeiros a enviar relatórios detalhados a Ben-Gurion e outros líderes do Yishuv.

Um desses soldados foi Mordechai Gichon, que mais tarde seria um dos fundadores da inteligência militar israelense. Nascido em Berlim em 1922, seu pai era russo e sua mãe pertencia a uma famosa família judia-alemã, sendo sobrinha do rabino Leo Baeck, líder dos judeus liberais (reformistas) da Alemanha. A família de Gichon se mudara para a Palestina em 1933, depois que sua escola alemã exigira que ele fizesse a saudação nazista e cantasse o hino do partido.

Ele retornou como soldado a uma Europa em ruínas, encontrando seu povo quase aniquilado e suas comunidades reduzidas a destroços fumegantes. “O povo judeu foi humilhado, pisoteado, assassinado”, disse ele. “Então era hora de revidar, de buscar vingança. Em meus sonhos, quando me alistei, eu me vingava prendendo meu melhor amigo na Alemanha, cujo nome era Detlef, o filho de um major da polícia. Era assim que eu restauraria a honra perdida dos judeus.”²¹

Era esse senso de honra perdida, de humilhação de um povo, tanto quanto a raiva pelos nazistas, que movia homens como Gichon. Ele encontrou refugiados judeus pela primeira vez na fronteira entre a Áustria e a Itália. Os homens da brigada os alimentaram, tiraram os próprios uniformes para

protegê-los do frio e tentaram obter detalhes sobre as atrocidades que haviam sofrido.²² Ele se lembra de um encontro em junho de 1945, no qual uma refugiada o abordou: “Ela se separou de seu grupo e falou comigo em alemão: ‘Vocês, os soldados da brigada, são filhos de Bar Kokhba [o grande herói da Segunda Revolta Judaica contra os romanos, em 132-135 d.C.]. Sempre me lembrarei de sua insígnia e do que vocês fizeram por nós.’”

Gichon ficou lisonjeado com a analogia a Bar Kokhba, mas, apesar dos elogios e da gratidão da mulher, sentiu apenas pena e vergonha. Se os judeus da brigada eram os filhos de Bar Kokhba, quem eram aqueles outros judeus? Os soldados da Terra de Israel, eretos, rijos e fortes, viam os sobreviventes do Holocausto como vítimas que precisavam de ajuda, mas também como parte da comunidade judaica europeia que permitira o próprio massacre. Eles personificavam o estereótipo do judeu fraco e covarde da diáspora — no exílio, no tradicional linguajar judaico e sionista —, que se rende em vez de lutar, que não sabe como atirar ou segurar uma arma. Era essa imagem — em sua versão mais extrema, o judeu como *Muselmann*, gíria para os prisioneiros emaciados, parecidos com zumbis, beirando a morte nos campos nazistas — que os novos judeus do Yishuv rejeitavam. Mais de sessenta anos depois, Gichon disse: “Meu cérebro não conseguia compreender, nem naquela época nem agora, como podia haver dezenas de milhares de judeus em um campo com apenas alguns guardas alemães e mesmo assim eles não se insurgirem, simplesmente seguirem como cordeiros para o abate. Por que não estraçalhavam [os alemães]? Sempre disse que algo assim jamais ocorreria na Terra de Israel. Se essas comunidades tivessem líderes dignos do nome, tudo isso teria acontecido de maneira muito diferente.”

Nos anos pós-guerra, os sionistas do Yishuv provariam, tanto para o mundo quanto, ainda mais importante, para si mesmos, que os judeus nunca mais seguiriam para o abate e que o sangue judeu não sairia barato. Os 6 milhões seriam vingados.

“Achávamos que não podíamos descansar enquanto não tivéssemos cobrado sangue por sangue, morte por morte”, disse Hanoch Bartov, um romancista israelense altamente conceituado que se alistou na brigada um mês antes de seu décimo sétimo aniversário.²³

Essa vingança, contudo — atrocidade por atrocidade — violaria as regras da guerra e provavelmente seria desastrosa para a causa sionista. Ben-Gurion, prático como sempre, disse publicamente: “A vingança agora é um ato sem valor nacional. Ela não pode restaurar a vida dos milhões que foram

assassinados.”²⁴

Mesmo assim, em caráter privado os líderes da Haganá entendiam a necessidade de algum tipo de retaliação, tanto para satisfazer às tropas que haviam sido expostas às atrocidades quanto para obter algum tipo de justiça histórica e desencorajar futuras tentativas de massacrar judeus. Assim, sancionaram algumas represálias contra nazistas e seus cúmplices.²⁵ Imediatamente após a guerra, uma unidade secreta, autorizada e controlada pelo alto-comando da Haganá e desconhecida pelos comandantes britânicos, foi criada no interior da brigada. Era chamada de Gmul (“recompensa” em hebraico). A missão da unidade era “vingança, mas não a vingança de um ladrão”, como dizia um memorando secreto da época.²⁶ “Vingança contra os homens da SS que tomaram parte no massacre.”

“Queríamos peixes grandes”, disse Mordechai Gichon, quebrando um voto de silêncio entre os comandantes da Gmul que manteve por mais de sessenta anos.²⁷ “Os nazistas importantes que haviam conseguido se livrar de seus uniformes e voltar para casa.”

Os agentes da Gmul trabalhavam disfarçados mesmo enquanto cumpriam seus deveres regulares na brigada. Enquanto caçava nazistas, o próprio Gichon assumiu duas identidades falsas — uma como civil alemão, outra como major britânico. Em expedições usando o disfarce alemão, Gichon recuperou arquivos da Gestapo em Tarvisio, Villach e Klagenfurt, aos quais os nazistas haviam atado fogo, mas dos quais apenas uma pequena parte realmente queimara. Operando como major britânico, obteve mais nomes com comunistas iugoslavos que ainda temiam realizar ataques de vingança por si mesmos. Alguns judeus na inteligência americana também estavam dispostos a ajudar, entregando informações sobre nazistas que haviam escapado e que eles achavam serem mais úteis para os judeus palestinos que para os militares americanos.

A coerção também funcionava.²⁸ Em junho de 1945, agentes da Gmul descobriram um casal alemão nascido na Polônia que vivia em Tarvisio. A mulher estivera envolvida na transferência de bens judaicos roubados da Áustria e da Itália para a Alemanha, e o marido ajudara a gerenciar o escritório regional da Gestapo. Os soldados judeus palestinos lhes ofereceram uma dura escolha: cooperar ou morrer.²⁹

“O góí cedeu e disse que estava disposto a cooperar”, disse Yisrael Karmi, que interrogou o casal e mais tarde, após o nascimento de Israel, seria

comandante da polícia militar do Exército israelense.³⁰ “Mandei que ele preparasse uma lista com todos os oficiais superiores que conhecia e que haviam trabalhado com a Gestapo e a SS. Nome, data de nascimento, formação e posição.”

O resultado foi um dramático avanço de inteligência, uma lista com dezenas de nomes. Os homens da Gmul rastrearam cada um dos nazistas desaparecidos — encontrando alguns feridos no hospital local, onde eram tratados sob identidades roubadas — e os forçaram a fornecer mais informações. Prometeram a cada alemão que não seria ferido se cooperasse, e a maioria o fez. Então, quando já não eram úteis, os agentes da Gmul os matavam a tiros e se livravam dos corpos. Não havia sentido em deixá-los vivos para avisarem o comandante britânico sobre a missão clandestina da Gmul.

Quando um nome era verificado, começava a segunda fase da missão: localizar o alvo e reunir informações para a missão final de assassinato. Gichon, que nascera na Alemanha, frequentemente era designado para a tarefa. “Ninguém suspeitava de mim”, disse ele. “Minhas cordas vocais eram de descendência berlinense. Eu ia ao mercadinho ou pub da esquina ou simplesmente batia à porta e as pessoas respondiam [a seus nomes verdadeiros] ou caíam em um vago silêncio, o que era tão bom quanto uma confirmação.”³¹

Uma vez que a identificação era confirmada, Gichon rastreava os movimentos do alemão e fornecia um esboço detalhado da casa onde vivia ou da área que fora escolhida para o sequestro.

Os assassinos propriamente ditos trabalhavam em equipes com no máximo cinco homens.³² Quando encontravam o alvo, geralmente vestiam uniformes da polícia militar britânica e diziam estar em busca de um homem chamado Fulano de Tal para interrogatório. Na maioria das vezes, os alemães os acompanhavam sem objeção. Como um dos soldados da unidade, Shalom Giladi, relatou em seu depoimento para o Arquivo Haganá, os nazistas às vezes eram mortos instantaneamente e em outras, eram transportados para um lugar remoto antes de serem assassinados. “Com o tempo, desenvolvemos métodos silenciosos, rápidos e eficientes para cuidar dos homens da SS que caíam em nossas mãos”, disse ele.

Como sabe qualquer um que já entrou na traseira de um caminhão, a

pessoa que está subindo coloca o pé no estribo traseiro, inclina-se para a frente sob o toldo de lona e meio que rola para dentro. O homem deitado no interior do caminhão tirava vantagem desse movimento natural do corpo.

No minuto em que a cabeça do alemão surgia na escuridão, o homem de tocaia se inclinava sobre ele e colocava os braços sob seu queixo — em torno da garganta —, em uma espécie de gravata invertida e, transformando a gravata em estrangulamento, jogava-se para trás, caindo sobre um colchão que absorvia todos os sons. A queda para trás segurando a cabeça do alemão o sufocava e quebrava seu pescoço instantaneamente.

Um dia, uma oficial da SS escapou do campo de detenção inglês perto de nossa base. Quando os britânicos descobriram que ela escapara, enviaram fotografias tiradas durante a detenção — de frente e de lado — para todas as delegacias da polícia militar. Fomos até o campo de refugiados e a identificamos. Quando falamos com ela em alemão, ela fingiu não entender e disse que só falava húngaro. Sem problemas. Um garoto húngaro foi até ela e disse: “Um navio transportando imigrantes ilegais da Hungria está prestes a zarpar para a Palestina. Pegue suas coisas discretamente e venha conosco.” Ela não teve escolha senão morder a isca e ir conosco até o caminhão. Durante essa operação, eu me sentei atrás com Zaro [Meir Zorea, mais tarde general das FDI] e Karmi dirigiu. A instrução que Karmi nos deu foi: “Quando chegarmos a um lugar distante e deserto, vou tocar a buzina. Será o sinal para vocês se livrarem dela.”

Foi o que aconteceu. Seu último grito em alemão foi: “*Was ist los?*” (“O que está acontecendo?”) Para ter certeza de que estava morta, Karmi atirou nela e deu a seu corpo e aos arredores a aparência de um estupro violento.

Na maioria dos casos, levávamos os nazistas até uma pequena linha de fortificações nas montanhas.³³ Havia cavernas fortificadas lá, abandonadas. A maioria daqueles que confrontavam a execução perdia a arrogância nazista quando ouvia que éramos judeus. “Tenham misericórdia de minha mulher e meus filhos!” Nós perguntávamos a eles quantos gritos assim haviam ouvido de suas vítimas judias nos campos de extermínio.

A operação durou apenas três meses, entre maio e julho, durante os quais a Gmul matou algo entre cem e duzentas pessoas.³⁴ Vários historiadores que pesquisaram as operações da Gmul afirmam que os métodos empregados para

identificar os alvos eram insuficientes e que muitos inocentes foram mortos.³⁵ Em muitas ocasiões, argumentam esses críticos, as equipes da Gmul foram exploradas por fontes em busca de vendetas pessoais; em outros casos, simplesmente identificaram a pessoa errada.

A Gmul foi encerrada quando os britânicos, que vinham ouvindo queixas de desaparecimento das famílias alemãs, entenderam o que estava acontecendo.³⁶ Eles decidiram não investigar, mas transferiram a Brigada Judaica para a Bélgica e a Holanda, longe dos alemães, e o comando da Haganá ordenou firmemente o fim das operações de vingança. As novas prioridades da brigada — de acordo com a Haganá, não com os britânicos — era cuidar dos sobreviventes do Holocausto, ajudar a organizar a imigração de refugiados para a Palestina em face da oposição britânica e apropriar armas para o Yishuv.

Embora tenham ordenado que a Gmul parasse de matar alemães na Europa, os líderes da Haganá não desistiram da retaliação. Decidiram que a vingança que fora suspensa na Europa seria obtida na própria Palestina.

Membros da alemã Tempelgesellschaft (Sociedade Templária) haviam sido expulsos da Palestina pelos britânicos no início da guerra devido a sua nacionalidade e suas simpatias nazistas. Muitos se uniram ao esforço de guerra alemão e participaram ativamente da perseguição e aniquilação de judeus. Quando a guerra chegou ao fim, alguns retornaram para suas antigas casas em Sarona, no coração de Tel Aviv, e em outros lugares.

O líder dos templários na Palestina era um homem chamado Gotthilf Wagner, um abastado industrial que ajudara a Wehrmacht e a Gestapo durante a guerra.³⁷ Um sobrevivente do Holocausto chamado Shalom Friedman, que se passava por padre húngaro, relatou que em 1944 conhecera Wagner, que “se vangloriou de ter visitado Auschwitz e Buchenwald duas vezes. Quando estava em Auschwitz, eles trouxeram um grande grupo de judeus, os mais jovens, e jogaram líquido inflamável sobre eles. ‘Eu perguntei se sabiam que havia um inferno na terra e, quando atearam fogo neles, disse que esse era o destino que aguardava seus confrades na Palestina.’”³⁸ Após a guerra, Wagner organizou as tentativas de permitir que os templários retornassem à Palestina.

Rafi Eitan, filho de pioneiros judeus da Rússia, tinha 17 anos na época. “Lá

vinham os exultantes alemães, que haviam sido membros do Partido Nazista, que se alistaram na Wehrmacht e na SS, e agora queriam retornar a suas propriedades quando todas as propriedades judaicas haviam sido destruídas”, disse ele.³⁹

Eitan era membro da força de dezessete homens da “companhia especial” da Haganá que foi enviada para liquidar Wagner, sob ordens diretas do alto-comando.⁴⁰ O chefe do Estado-Maior da Haganá, Yitzhak Sadeh, percebeu que não se tratava de uma operação militar regular e convocou os dois homens que haviam sido selecionados para apertar o gatilho.⁴¹ Para encorajá-los, contou sobre o homem em quem atirara na Rússia como vingança por um *pogrom*.⁴²

Em 22 de março de 1946, depois de uma cuidadosa coleta de informações, o esquadrão esperava por Wagner em Tel Aviv.⁴³ Eles o forçaram a sair da estrada e entrar em um terreno arenoso no número 123 da rua Levinsky e atiraram nele. A estação de rádio clandestina da Haganá, Kol Yisrael (Voz de Israel), anunciou no dia seguinte: “O conhecido nazista Gotthilf Wagner, líder da comunidade alemã na Palestina, foi executado ontem pela resistência hebraica. Que todos saibam que nenhum nazista colocará os pés na Terra de Israel.”

Logo depois, a Haganá assassinou dois outros templários na Galileia e mais dois em Haifa, onde a seita também tinha comunidades estabelecidas.

“O efeito foi imediato”, disse Eitan.⁴⁴ “Os templários desapareceram do país, deixando tudo para trás, e jamais foram vistos novamente.

Sarona, o bairro templário em Tel Aviv, se tornaria a sede das Forças Armadas e dos serviços de inteligência de Israel. E Eitan, assassino aos 17 anos, ajudaria a fundar a unidade de assassinatos seletivos do Mossad.

O assassinato de templários não foi apenas uma continuação dos atos de vingança contra nazistas na Europa, mas sim uma grande mudança de política. As lições que os novos judeus da Palestina aprenderam com o Holocausto foram que o povo judeu sempre estaria sob ameaça de destruição, que não podia confiar nos outros povos para protegê-lo e que a única maneira de fazer isso era ter um Estado independente. Uma pessoa vivendo sob essa sensação de perpétuo perigo de aniquilação adotará todas e quaisquer medidas, por mais extremas que sejam, para obter segurança, e se relacionará com as leis e normas internacionais de modo no máximo marginal.

Desse momento em diante, Ben-Gurion e a Haganá adotaram assassinatos

seletivos, guerra de guerrilha e ataques terroristas como ferramentas adicionais — acima e além da propaganda e das medidas políticas que sempre haviam sido empregadas —, no esforço de atingir o objetivo de estabelecer e manter um Estado. O que apenas alguns anos antes fora um meio empregado somente por párias extremistas do Lehi e da Irgun agora era visto como arma viável.

Inicialmente, as unidades da Haganá assassinaram árabes que haviam matado civis judeus.⁴⁵ Então o alto-comando da milícia ordenou que uma “companhia especial” iniciasse “operações de terrorismo pessoal”, o termo usado na época para os assassinatos seletivos de oficiais do DIC britânico que perseguiram a resistência judaica e se opuseram à imigração de judeus para a Terra de Israel.⁴⁶ Eles receberam ordens de “explodir os centros britânicos de inteligência que agiram contra a aquisição de armas por judeus” e “iniciar ações de retaliação nos casos em que tribunais militares britânicos sentenciaram membros da Haganá à morte”.

Ben-Gurion previu que um Estado judaico seria estabelecido em breve e que a nova nação seria imediatamente forçada a lutar contra os árabes na Palestina e a repelir invasões dos exércitos dos países árabes vizinhos. Assim, o comando da Haganá também começou a preparar secretamente essa guerra total e, como parte da preparação, uma ordem com o codinome Zarzir (Estorninho) foi emitida, comandando o assassinato dos líderes da população árabe na Palestina.

Enquanto a Haganá lentamente intensificava o uso de assassinatos seletivos, a campanha de mortes da resistência radical já estava a pleno vapor, tentando expulsar os britânicos da Palestina.

Yitzhak Shamir, agora no comando do Lehi, resolveu eliminar as figuras-chave do Mandato Britânico não apenas localmente — assassinando pessoal do DIC e fazendo numerosos atentados contra o chefe de polícia de Jerusalém, Michael Joseph McConnell, e contra o alto comissário, Sir Harold MacMichael —, como também em outros países, casos esses ingleses representassem uma ameaça a seu objetivo político.⁴⁷ Walter Edward Guinness, mais formalmente conhecido como lorde Moyne, por exemplo, era o ministro de Estado britânico residente no Cairo, que também estava sob domínio britânico.⁴⁸ Os judeus na Palestina o consideravam um antisemita

declarado que assiduamente usava sua posição para restringir o poder do Yishuv ao reduzir significativamente as cotas de imigração para sobreviventes do Holocausto.

Shamir ordenou que Moyne fosse assassinado.⁴⁹ Enviou dois agentes do Lehi, Eliyahu Hakim e Eliyahu Bet-Zuri, até o Cairo, onde esperaram na porta da casa do ministro. Quando Moyne saiu de carro com seu secretário, Hakim e Bet-Zuri correram até ele. Um deles enfiou uma pistola pela janela, mirou na cabeça de Moyne e atirou três vezes. Moyne agarrou a própria garganta. “Atiraram na gente”, gritou antes de cair para a frente no banco. Mesmo assim, foi uma operação amadorística. Shamir aconselhara os dois jovens assassinos a providenciarem um carro de fuga, mas, em vez disso, usaram lentas bicicletas. A polícia egípcia os prendeu rapidamente, e Hakim e Bet-Zuri foram julgados, condenados e, seis meses depois, enforcados.

O assassinato teve efeito decisivo sobre os oficiais britânicos, embora não aquele que Shamir previra. Como Israel descobriria repetidamente em anos futuros, é muito difícil prever como a história será escrita depois que alguém leva um tiro na cabeça.

Após o mal consumado do Holocausto, a tentativa de exterminar um povo inteiro da Europa, havia crescente simpatia no Ocidente pela causa sionista. De acordo com alguns relatos, até a primeira semana de novembro de 1944, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill estivera pressionando seu gabinete a apoiar a criação de um Estado judaico na Palestina. Ele conseguira convencer várias figuras influentes a participar da iniciativa, incluindo lorde Moyne. Não é exagero assumir, portanto, que, se o Lehi não tivesse interferido, Churchill poderia muito bem ter chegado à Conferência de Ialta com Franklin Roosevelt e Joseph Stalin com uma política clara e positiva em relação ao futuro Estado judaico. Em vez disso, após o assassinato no Cairo, ele rotulou os agressores de “novo grupo de gângsteres” e anunciou que estava reconsiderando sua posição.⁵⁰

E as mortes continuaram. Em 22 de julho de 1946, membros da Irgun de Menachem Begin plantaram 350 quilos de explosivos na ala sul do hotel King David, em Jerusalém, onde a administração e os oficiais de inteligência e do Exército do Mandato Britânico estavam hospedados. Um telefonema de alerta da Irgun aparentemente foi considerado um trote e ignorado; o edifício não foi evacuado antes da enorme explosão. Noventa e uma pessoas foram mortas e 45 ficaram feridas.

Esse não foi o assassinato seletivo de um desprezado oficial britânico ou

um ataque de guerrilha contra uma delegacia de polícia. Foi claramente um ato de terrorismo contra um alvo com numerosos civis. O pior de tudo, havia muitos judeus entre os mortos.

O ataque ao hotel King David iniciou uma feroz disputa no Yishuv. Ben-Gurion imediatamente denunciou a Irgun e a chamou de “inimiga do povo judeu”.

Mas os extremistas não pararam.

Três meses após esse ataque, em 31 de outubro, uma célula do Lehi, novamente agindo por conta própria, sem o conhecimento ou a aprovação de Ben-Gurion, instalou uma bomba na embaixada britânica em Roma.⁵¹ O edifício da embaixada foi severamente danificado, mas, graças ao fato de que a operação ocorreu à noite, somente um segurança e dois pedestres italianos foram feridos.

Quase imediatamente depois, o Lehi enviou cartas-bomba para cada membro sênior do gabinete britânico em Londres.⁵² Em um nível, o esforço foi um fracasso espetacular — nenhuma carta explodiu —, mas, em outro, o Lehi deixou claros seu ponto de vista e seu alcance. Os arquivos no MI5, o serviço de segurança britânico, mostram que o terrorismo sionista era considerado a mais séria ameaça à segurança nacional britânica na época, ainda mais séria que a União Soviética. Células da Irgun na Grã-Bretanha foram estabelecidas, de acordo com um memorando do MI5, “para espancar o cão em seu próprio canil”. Fontes da inteligência alertaram para uma onda de ataques contra “VIPs selecionados”, entre eles o secretário do Exterior Ernest Bevin e até mesmo o primeiro-ministro Clement Attlee.⁵³ No fim de 1947, um relatório do alto comissário britânico registrava as baixas nos dois anos anteriores: 176 civis e funcionários do Mandato Britânico.

“Foram somente essas ações, essas execuções, que fizeram com que os britânicos partissem”, disse David Shomron décadas depois de ter matado Tom Wilkin a tiros em uma rua de Jerusalém.⁵⁴ “Se [Avraham] Stern não tivesse começado a guerra, o Estado de Israel não teria existido.”

É possível argumentar contra essa declaração. O reduzido Império Britânico cedeu o controle da maioria de suas colônias, incluindo muitos países onde táticas terroristas não foram empregadas, devido a razões econômicas e demandas crescentes das populações nativas por independência. A Índia, por exemplo, obteve a independência mais ou menos na mesma época. Mesmo assim, Shomron e seus afins estavam firmemente convencidos

de que sua própria bravura e seus métodos extremos haviam causado a partida dos britânicos.

E foram os homens que lutaram nessa sangrenta guerra clandestina — guerrilheiros, assassinos, terroristas — que teriam um papel central na construção das Forças Armadas e da comunidade de inteligência do novo Estado de Israel.

2

NASCE UM MUNDO SECRETO

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas votou pela divisão da Palestina, escavando uma pátria soberana judaica. A divisão só entraria em vigor dali a seis meses, mas os ataques árabes começaram já no dia seguinte. Hassan Salameh, o comandante das forças palestinas no sul do país, e seus combatentes emboscaram dois ônibus israelenses perto da cidade de Petah-Tikva, matando oito passageiros e ferindo muitos outros.¹ A guerra civil entre árabes palestinos e judeus palestinos havia começado.² No dia seguinte ao ataque contra os ônibus, Salameh discursou na praça central da cidade portuária árabe de Jafa. “A Palestina se transformará em um banho de sangue”, prometeu a seus compatriotas. E manteve a promessa: durante as duas semanas seguintes, 48 judeus foram mortos e 155 ficaram feridos.

Salameh, que liderava uma força de quinhentos guerrilheiros e chegou a atacar diretamente Tel Aviv, tornou-se um herói do mundo árabe, idolatrado pela mídia.³ A revista egípcia *Al-Musawar* publicou uma enorme fotografia de Salameh orientando suas forças na edição de 12 de janeiro de 1948, sob a manchete “O herói Hassan Salameh, comandante da frente sul”.

Ben-Gurion se preparara para esses ataques. Em seu modo de pensar, os árabes palestinos eram o inimigo e os britânicos — que continuariam a governar até que a divisão entrasse em vigor em maio de 1948 — eram seus cúmplices. Os judeus só podiam contar consigo mesmos e suas defesas rudimentares. A maioria dos soldados da Haganá era miseravelmente treinada e equipada, e escondia as armas em locais secretos para evitar o confisco pelos britânicos. Eram homens e mulheres que haviam servido no Exército

britânico e novos imigrantes que haviam sobrevivido ao Holocausto (alguns deles veteranos do Exército Vermelho), mas vastamente superados em número pelas forças combinadas dos Estados árabes. Ben-Gurion estava consciente das estimativas da CIA e de outros serviços de inteligência de que os judeus cairiam sob o ataque árabe. Alguns de seus próprios homens não estavam confiantes na vitória. Mas Ben-Gurion, ao menos externamente, exibia confiança na habilidade de vencer da Haganá.

Para superar a diferença numérica, o plano da Haganá era usar força seletiva, escolhendo alvos com máxima eficácia. Como parte desse conceito, um mês após o início da guerra civil seu alto-comando iniciou a Operação Estorninho, que nomeava os 23 líderes dos árabes palestinos que seriam seus alvos.⁴

A missão, de acordo com o comandante em chefe da Haganá, Yaakov Dori, era tripartite: “Eliminação ou captura dos líderes dos partidos políticos árabes; ataques contra centros políticos; ataques contra centros econômicos e de produção árabes.”

Hassan Salameh estava no topo da lista de alvos. Sob a liderança de Hajj Amin al-Husseini, o grande mufti de Jerusalém e líder espiritual dos árabes palestinos, Salameh ajudara a liderar a Revolta Árabe de 1936, na qual guerrilheiros árabes atacaram alvos britânicos e judaicos durante três anos.

Tanto al-Husseini quanto Salameh fugiram da Palestina após serem colocados na lista de mais procurados do Mandato Britânico. Em 1942, uniram forças com a SS e a Abwehr, a agência militar de inteligência dos nazistas, para planejar a Operação Atlas. Era um plano grandioso no qual comandos alemães e árabes desceriam de paraquedas sobre a Palestina e envenenariam o suprimento de água de Tel Aviv a fim de matar tantos judeus quanto possível,⁵ ao mesmo tempo incitando os árabes do país a iniciar uma guerra sagrada contra os ocupantes britânicos. O plano falhou miseravelmente quando os britânicos, tendo quebrado o código nazista Enigma, capturaram Salameh e quatro outros ao pousarem em uma ravina no deserto perto de Jericó, em 6 de outubro de 1944.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os britânicos libertaram al-Husseini e Salameh. O Departamento Político da Agência Judaica, que supervisionava grande parte das atividades secretas do Yishuv na Europa, tentou localizar e matar al-Husseini várias vezes entre 1945 e 1948.⁶ O motivo era parcialmente vingança pela aliança com Hitler, mas também defensivo: ele poderia estar

fora do país, mas permanecia ativamente envolvido na organização dos ataques a assentamentos judaicos no norte da Palestina e das tentativas de assassinar líderes judeus. Devido à falta de informações e de pessoal operacional treinado, todas essas tentativas falharam.

A caçada a Salameh, a primeira operação da Haganá a integrar inteligência humana e eletrônica, começou de forma promissora.⁷ Uma unidade pertencente ao SHAI, o setor de inteligência da Haganá, e comandada por Isser Harel grampeou o tronco telefônico central que conectava Jafa ao restante do país. Harel mandou construir um galpão no terreno da escola agrícola de Mikveh Israel e o encheu de tesouras de poda e cortadores de grama. Mas, escondido em um buraco no chão, havia um dispositivo de escuta ligado aos fios de cobre do sistema telefônico de Jafa. “Jamais esquecerei o rosto do agente do SHAI que falava árabe que colocou os fones de ouvido e ouviu a primeira conversa”, escreveu Harel mais tarde em sua biografia. “Sua boca se abriu de espanto e ele agitava a mão para silenciar os outros, que esperavam nervosamente [...]. As linhas explodiam de conversas entre líderes políticos e chefes dos contingentes armados e seus colegas.” Um dos interlocutores era Salameh. Em um dos telefonemas interceptados, o SHAI descobriu que ele iria para Jafa. Os agentes da Haganá planejaram uma emboscada em que derrubariam uma árvore para bloquear a estrada pela qual seu carro estaria trafegando.

Mas a emboscada fracassou, e esse não foi o último fracasso. Salameh sobreviveu a múltiplas tentativas de assassinato antes de cair em combate em junho de 1948, sem que seu assassino conhecesse sua identidade.⁸ Quase todas as outras tentativas de assassinato seletivo da Operação Estorninho também falharam, devido a informações errôneas ou desempenhos falhos por parte de agentes inábeis e inexperientes.

As únicas operações que tiveram sucesso foram executadas por duas unidades de elite da Haganá, ambas pertencentes ao Palmach, o único corpo bem treinado e razoavelmente bem armado da milícia. Uma dessas unidades era a Palyam, a “companhia de fuzileiros navais”, e a outra era o “Pelotão Árabe”, uma unidade de comando clandestina cujos membros operavam disfarçados de árabes.

A Palyam, a companhia naval, recebeu ordens para tomar o porto de

Haifa, a passagem marítima mais importante da Palestina, assim que os britânicos partissem. Sua tarefa era roubar o máximo possível de armas e equipamentos que os britânicos começavam a enviar e evitar que os árabes fizessem o mesmo.

“Focamos nos fornecedores de armas árabes em Haifa e no norte. Procuramos por eles e os matamos”, lembrou Avraham Dar, um dos homens da Palyam.⁹

Dar, que era falante nativo do inglês, e dois outros homens da Palyam se passaram por soldados britânicos querendo vender material roubado aos palestinos por uma grande soma. Foi marcado um encontro para a venda perto de um moinho abandonado nos limites de um vilarejo árabe. Os três judeus, usando uniformes britânicos, já estavam no local quando os palestinos chegaram. Quatro outros, escondidos por perto, esperaram pelo sinal e então caíram sobre os árabes, matando-os com canos de metal. “Temíamos que disparos pudessem acordar os vizinhos e decidimos realizar uma operação silenciosa”, disse Dar.

O Pelotão Árabe foi criado quando a Haganá decidiu que precisava de um núcleo de combatentes treinados que pudesse operar no interior das linhas inimigas, reunindo informações e cumprindo missões de sabotagem e assassinato seletivo.¹⁰ O treinamento de seus homens — a maioria imigrantes de terras árabes — incluía táticas dos comandos e uso de explosivos, mas também estudo intensivo dos costumes árabes e do islã. A unidade foi apelidada de Mistaravim, o nome pelo qual eram conhecidas em alguns países árabes as comunidades nas quais os judeus praticavam a religião judaica, mas eram similares aos árabes em todos os outros aspectos: vestimentas, linguagem, costumes sociais etc.

A cooperação entre as duas unidades produziu um atentado contra a vida do xeque Nimr al-Khatib, líder das organizações islâmicas da Palestina e um dos alvos originais da Operação Estorninho devido a sua considerável influência nas ruas palestinas.¹¹ Os mistaravins podiam se mover sem ser parados por britânicos ou árabes. Em fevereiro de 1948, emboscaram al-Khatib quando ele retornava de uma viagem a Damasco com uma carga de munição.¹² Ele ficou gravemente ferido, partiu da Palestina e se afastou de qualquer papel político ativo.

Alguns dias depois, Abraham Dar ouviu de um informante que trabalhava no porto que um grupo de árabes em um café conversara sobre o plano de

detonar um veículo cheio de explosivos em uma seção judaica muito populosa de Haifa. A ambulância britânica que haviam comprado para esse propósito estava sendo preparada em uma oficina na estrada de Nazaré, na parte árabe da cidade. Os mistaravins prepararam uma bomba própria em um caminhão que dirigiram até o distrito árabe, passando-se por operários que iriam consertar um cano estourado, e estacionaram perto do muro da oficina. “O que vocês estão fazendo aqui? É proibido estacionar aqui! Movam esse caminhão”, gritaram os homens da oficina em árabe.

“Já vamos embora, só vamos beber alguma coisa e dar uma mijada”, responderam os mistaravins também em árabe, acrescentando alguns palavrões cabeludos.

Eles se afastaram do caminhão e, minutos depois, a bomba explodiu, detonando também a bomba na ambulância e matando os cinco palestinos que trabalhavam nela.¹³

Em 14 de maio de 1948, Ben-Gurion declarou a criação do novo Estado de Israel e se tornou seu primeiro-ministro e ministro da Defesa. Ele sabia o que esperar em seguida.

Anos antes, ordenara a formação de uma profunda rede de informantes em países árabes. Três dias antes do estabelecimento de Israel, Reuven Shiloah, diretor do Departamento Político, a divisão de inteligência da Agência Judaica, informara que “os Estados árabes finalmente decidiram iniciar um ataque simultâneo em 15 de maio [...]. Estão se apoiando na falta de armamentos pesados e de uma Força Aérea hebraica”.¹⁴ Shiloah forneceu muitos detalhes sobre o plano de ataque.

A informação era precisa. À meia-noite, depois que o Estado foi declarado, sete exércitos atacaram.¹⁵ Tinham muito mais homens e estavam infinitamente mais bem equipados que as forças judaicas e obtiveram vitórias significativas já de início, conquistando assentamentos e causando mortes.¹⁶ O secretário-geral da Liga Árabe, Abdul Rahman Azzam Pasha, declarou: “Esta será uma guerra de grande destruição que será equiparada aos massacres realizados pelos mongóis e pelos cruzados.”¹⁷

Mas os judeus — agora oficialmente “israelenses” — logo se reagruparam e até passaram à ofensiva. Após um mês, a trégua foi negociada por um enviado especial das Nações Unidas, o conde Folke Bernadotte. Ambos os lados

estavam exaustos e precisando de descanso e suprimentos. Quando o combate foi retomado, as mesas foram viradas e, com excelência em inteligência e gerenciamento de batalha, e a ajuda de muitos sobreviventes do Holocausto que haviam acabado de chegar da Europa, os israelenses fizeram com que as forças árabes recuassem e finalmente conquistaram muito mais território do que fora alocado para o Estado judaico no plano de divisão da ONU.

Embora Israel tivesse repellido exércitos superiores, Ben-Gurion não ficou excitado com a vitória de curto prazo das embrionárias Forças de Defesa de Israel.¹⁸ Os árabes podiam ter perdido as primeiras batalhas, mas eles — tanto os que viviam na Palestina quanto os que viviam nos Estados árabes que cercavam Israel — se recusavam a aceitar a legitimidade da nova nação. Juraram destruir Israel e fazer com que os refugiados voltassem para casa.¹⁹

Ben-Gurion sabia que as FDI não tinham como defender as longas e convolutas fronteiras de Israel apenas com força bruta. Dos remanescentes das operações de inteligência do SHAI, da Haganá, ele precisava começar a construir um sistema de espionagem adequado a um Estado legítimo.

Em 7 de junho, convocou os principais assessores, liderados por Shiloah, a seu escritório na antiga colônia templária em Tel Aviv. “A inteligência é uma das ferramentas militares e políticas de que precisamos mais urgentemente nesta guerra”, escreveu Shiloah em um memorando a Ben-Gurion. “Ela terá de ser uma ferramenta permanente, incluída em nosso aparato político [de tempos de paz].”

Ben-Gurion não precisou ser persuadido.²⁰ Afinal, grande parte do surpreendente estabelecimento do Estado e de sua defesa se devia ao uso efetivo de informações acuradas.

Naquele dia, ele ordenou a criação de três agências.²¹ A primeira foi o Departamento de Inteligência do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, mais tarde conhecida comumente por seu acrônimo em hebraico, Aman. A segunda foi o Shin Bet (acrônimo para Serviço de Segurança Geral), responsável pela segurança interna e criada como uma espécie de híbrido entre o FBI americano e o MI5 britânico. (A organização mais tarde mudou seu nome para Agência Israelense de Segurança, mas a maioria dos israelenses ainda se refere a ela por seu acrônimo, Shabak ou, mais comumente, como neste livro, Shin Bet.) E a terceira, o Departamento Político — pertencente ao novo Ministério do Exterior, e não mais à Agência Judaica —, que se envolveria com espionagem internacional e coleta de informações. As casas

abandonadas dos templários no bairro de Sarona, perto do Ministério da Defesa, foram designadas para as três agências, colocando o gabinete de Ben-Gurion no centro de uma força ostensivamente organizada de serviços de segurança.²²

Mas nada naqueles primeiros meses e anos foi organizado.²³ Remanescentes das agências da Haganá foram absorvidos nos vários serviços de segurança ou círculos de espionagem, depois realocados e reabsorvidos em outros. Acrescente a isso a miríade de disputas por território e batalhas de ego daqueles que eram essencialmente revolucionários e havia muito caos no submundo da espionagem. “Foram anos difíceis”, disse Isser Harel, um dos pais fundadores da inteligência israelense. “Tínhamos de estabelecer um país e defendê-lo. [Mas] a estrutura dos serviços e a divisão do trabalho foram determinadas sem qualquer julgamento sistemático, sem discussão com as pessoas relevantes, de uma maneira quase diletante e conspiratória.”

Em condições normais, administradores teriam estabelecido limites e procedimentos claros e os agentes de campo teriam pacientemente cultivado fontes de informação durante anos. Mas Israel não podia se dar a esse luxo. Suas operações de inteligência tiveram de ser construídas de improviso e sob cerco, enquanto o jovem país lutava por sua própria existência.

O primeiro desafio que os espiões de Ben-Gurion enfrentaram foi interno: alguns judeus desafiavam abertamente sua autoridade, entre os quais os remanescentes dos movimentos clandestinos de direita.²⁴ Um exemplo extremo dessa rebeldia foi o caso Altalena, em junho de 1948. Um navio com esse nome, despachado da Europa pela Irgun, chegou carregando imigrantes e armas. Mas a organização se recusou a entregar todas as armas para o exército do novo Estado, insistindo que algumas deveriam ser dadas às suas próprias unidades ainda intactas. Ben-Gurion, que fora informado do plano por agentes no interior da Irgun, ordenou que o navio fosse tomado à força. No combate que se seguiu, o navio foi afundado e dezesseis combatentes da Irgun e três soldados das FDI foram mortos. Logo depois, as forças de segurança capturaram duzentos membros da Irgun em todo o país, pondo fim a sua existência.

Yitzhak Shamir e os agentes do Lehi sob seu comando também se recusaram a aceitar a autoridade mais moderada de Ben-Gurion. No verão,

durante a trégua, o enviado da ONU Bernadotte esboçou um hesitante plano de paz que poderia ter posto fim ao conflito. Mas era inaceitável para o Lehi e para Shamir, que acusou Bernadotte de colaborar com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e de fazer uma proposta que redesenharia as fronteiras de Israel de tal maneira — incluindo ceder a maior parte de Neguev e de Jerusalém para os árabes e colocar o porto de Haifa e o aeroporto de Lida sob controle internacional, além de obrigar os judeus a aceitarem de volta 300 mil refugiados árabes — que o país não sobreviveria.

Lehi fez várias advertências públicas, na forma de anúncios colados nas ruas das cidades: conselho ao agente Bernadotte: vá embora de nosso país.²⁵ A rádio clandestina foi ainda mais direta, declarando: “O conde terminará como o lorde” (uma referência ao assassinato do lorde Moyne). Bernadotte ignorou as advertências e até mesmo ordenou que os observadores da ONU não portassem armas, dizendo: “A bandeira das Nações Unidas nos protegerá.”

Convencido de que o plano do enviado seria aceito, Shamir ordenou seu assassinato. Em 17 de setembro, quatro meses após a declaração de soberania e um dia depois de Bernadotte submeter seu plano ao Conselho de Segurança da ONU, ele estava viajando com sua comitiva em um comboio de três sedãs DeSoto brancos da sede da ONU para o bairro Rehavia, na Jerusalém judaica, quando um jipe bloqueou seu caminho. Três jovens usando quepe desembarcaram.²⁶ Dois deles atiraram nos pneus dos veículos da ONU e o terceiro, Yehoshua Cohen, abriu a porta do carro no qual Bernadotte viajava e abriu fogo com sua submetralhadora Schmeisser MP40. A primeira rajada atingiu o homem sentado ao lado de Bernadotte, um coronel francês chamado André Serot, mas a segunda, mais precisa, atingiu o conde no peito. Ambos morreram. O ataque durou apenas alguns segundos, “como trovões e relâmpagos, o tempo necessário para disparar cinquenta projéteis”, nas palavras do oficial de ligação israelense, capitão Moshe Hillman, que estava no carro com as vítimas.²⁷ Os perpetradores jamais foram pegos.²⁸

O assassinato enfureceu e constrangeu profundamente a liderança judaica. O Conselho de Segurança o condenou como “ato covarde que parece ter sido cometido por um grupo criminoso de terroristas em Jerusalém” e o *New York Times* declarou no dia seguinte: “Nenhum exército árabe poderia ter causado tanto dano [ao Estado judaico] em tão pouco tempo.”²⁹

Ben-Gurion viu a operação do Lehi como sério desafio a sua autoridade,

que poderia levar a um golpe ou mesmo à guerra civil.³⁰ Ele reagiu imediatamente, proscrivendo a Irgun e o Lehi. E ordenou que o chefe do Shin Bet, Isser Harel, capturasse os membros do Lehi. No topo da lista de procurados estava Yitzhak Shamir. Ele não foi capturado, mas muitos outros foram, e presos sob guarda cerrada. O Lehi deixou de existir como organização.³¹

Ben-Gurion ficou grato a Harel por sua ação vigorosa contra a resistência e o transformou em oficial número 1 da inteligência no país.³²

Homem baixo, robusto e determinado, Isser Harel fora influenciado pelo movimento revolucionário bolchevique russo e seu uso da sabotagem, da guerra de guerrilha e dos assassinatos, mas ele detestava o comunismo. Sob sua direção, o Shin Bet manteve constante vigilância e espionagem política contra os oponentes políticos de Ben-Gurion, os partidos socialista e comunista, de esquerda, e o partido Herut, de direita, formado por veteranos da Irgun e do Lehi.³³

Enquanto isso, Ben-Gurion e seu ministro do Exterior, Moshe Sharett, estavam em desacordo sobre a política que deveria ser adotada em relação aos árabes. Sharett era o mais proeminente dos primeiros líderes de Israel e acreditava que a diplomacia era a melhor maneira de obter a paz regional e, assim, a segurança para o país. Mesmo antes da independência, fizera contatos secretos com o rei Abdullah da Jordânia e com o primeiro-ministro do Líbano, Riad al-Solh, que seriam instrumentos para formar a coalizão invasora árabe e já eram em grande parte responsáveis pelas milícias palestinas que causavam pesadas perdas ao Yishuv pré-Estado. Apesar da virulenta retórica antijudaica de al-Solh e de suas ações contra Israel, no fim de 1948 ele se encontrou várias vezes em segredo com Eliyahu Sasson, um dos assistentes de Sharett, em Paris para discutir um acordo de paz. “Se quisermos fazer contato com os árabes para pôr fim à guerra”, disse Sasson quando Sharett, entusiasmado com os contatos secretos, fez com que ele se reportasse ao gabinete, “temos de entrar em contato com aqueles que estão no poder. Aqueles que declararam guerra contra nós [...] e estão tendo problemas para continuá-la.”

Essas aberturas diplomáticas obviamente não foram efetivas e Ben-Gurion, em 12 de dezembro de 1948, ordenou que agentes da inteligência militar assassinassem al-Solh.³⁴

“Sharett se opôs veementemente à ideia”, lembrou Asher (Arthur) Ben-

Natan, figura de destaque do Departamento Político do Ministério do Exterior, o setor responsável pelas atividades secretas no exterior.³⁵ “E quando nosso departamento recebeu ordens de ajudar a inteligência militar a executar a ação, através de nossos contatos em Beirute, ele as revogou, anulando-as.”

Esse incidente, além de vários outros conflitos entre Harel e Sharett, fizeram o sangue de Ben-Gurion ferver. Ele considerava a diplomacia uma fraca substituta para forças armadas poderosas e inteligência robusta, além de ver Sharett como um competidor que ameaçava o controle do primeiro-ministro. Em dezembro de 1949, Ben-Gurion removeu o Departamento Político do controle do Ministério do Exterior e o colocou sob seu comando direto. Mais tarde, deu à agência um novo nome: Instituto de Inteligência e Operações Especiais. Mas ele é mais comumente conhecido apenas como “o Instituto” — o Mossad.

Com a criação do Mossad, os serviços de inteligência israelenses se fundiram na comunidade tríplice que sobrevive até hoje mais ou menos com o mesmo formato: a Aman, divisão da inteligência militar que fornece informações para as FDI; o Shin Bet, responsável pela inteligência interna, pelo contraterrorismo e pela contraespionagem; e o Mossad, que lida com atividades secretas fora das fronteiras do país.³⁶

Mais importante, isso foi uma vitória para aqueles que viam o futuro do Estado de Israel mais dependente de forças armadas e comunidade de inteligência fortes do que de diplomacia. A vitória foi simbolizada por imóveis: as antigas casas dos templários em Tel Aviv, que o Departamento Político ocupava, foram entregues ao Mossad. Foi também uma vitória pessoal para Isser Harel.³⁷ Já encarregado do Shin Bet, foi nomeado também chefe do Mossad, o que o tornou uma das mais poderosas — e reservadas — figuras do início da história de Israel.

Desse ponto em diante, a política externa e de segurança de Israel seria determinada pela disputa entre Tel Aviv — onde o alto-comando militar, a sede da inteligência e o Ministério da Defesa estavam localizados — e Jerusalém, onde o Ministério do Exterior tinha sua sede em um amontoado de barracões pré-fabricados. Tel Aviv sempre tinha a vantagem.

Ben-Gurion manteve todas as agências sob seu controle direto.³⁸ Ele controlava o Mossad e o Shin Bet porque era primeiro-ministro, e a inteligência militar porque era ministro da Defesa. Era uma enorme